

Título do trabalho: Juventudes em tempos de crise: a “turma de amigos” como espaço de reconhecimento social e promoção da saúde dentro da escola¹

Autor: Higor Breno Cagnoni Silva (PPGAS-USP/São Paulo)

Palavras-chave: Juventude, Sofrimento Psíquico; Saúde Mental

Introdução

Ao longo das minhas práticas de pesquisa em uma escola pública paulistana e de nível médio, ao longo dos anos de 2023 e 2024, uma das situações que sempre me chamava a atenção era a utilização, por parte dos estudantes, de termos psiquiátricos para descrever os seus próprios estados de animação². Temas como “depressão”, “traumas” e “ansiedades” eram tratados hodiernamente pelos jovens com a intenção de dar forma às suas emoções de tristeza e sensação de insegurança. Além disso, pude notar também uma maior presença de remédios e diagnósticos na rotina escolar. Recentemente, alguns estudos vêm apontando para um aumento de problemas relacionados à saúde mental na população brasileira durante e “pós” a pandemia de COVID-19, colocando em relevo a vulnerabilidade dos adolescentes face a essa tendência de crescimento do sofrimento psíquico, principalmente no caso de adolescentes em situação de alta vulnerabilidade social (PAIVA et al, 2021; VIEIRA GARCIA et al, 2022). Nesse sentido, há uma demanda crescente para que as questões da saúde mental e da garantia do bem-estar emocional sejam tratadas no espaço escolar, o que envolve os estudantes, professores e funcionários.

A proposta do trabalho, portanto, passa pela análise histórica das modalidades expressivas das sensações e sentimentos relacionados ao sofrimento psíquico, com a intenção de entender as transformações culturais que ensejaram um sistema socioeconômico que hiper-responsabiliza os sujeitos pelas seus desempenhos e objetivos pessoais. Será tentado mostrar, ainda, como a mentalidade do empreendedorismo adentra o campo escolar, especialmente após a implementação da chamada “reforma do ensino médio”, que transfere uma série de práticas corporativista para a estrutura dos currículos. Qual as possíveis relações, em síntese, entre aumento dos índices de adoecimento mental com a lógica gerencial de

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Esta pesquisa conta com apoio financeiro: processo número 2023/05482-5, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

organização de vida? Através de qual linguagem o sofrimento é nomeado dentro da escola? E quais os tipos de tratamento e reconhecimento estão disponíveis por parte da instituição?

O processo individualizador

O sociólogo alemão Norbert Elias (1993, 1994), em um livro composto por dois volumes publicados em 1939, mas que apenas ganhou notoriedade acadêmica nas últimas décadas daquele século, propôs que o continente europeu teria passado por uma mudança “civilizadora” nos comportamentos e na vida afetiva de suas populações. De acordo com seu argumento, ao longo de pelo menos meio milênio de história, houve uma mudança nos padrões de repugnância e no regime de sensibilidade do ocidente, que resultou em um tipo de personalidade caracterizada pelo rígido controle das emoções e restringimento do corpo. Essa forma específica de subjetividade, comumente associada à mentalidade moderna, seria responsável por criar série de complicações psicológicas devido a forte contenção das vontades e desejos, que precisam estar adequados a códigos disciplinares impostos desde a mais tenra idade.

Por conseguinte, uma das ideias deste trabalho será mostrar o surgimento, ou a exponencialização, de um modo de socialização que também é marcado pela norma disciplinadora do processo civilizacional, mas de forma articulada com as dinâmicas sócio-emocionais de gerência humana originárias das sociedades de mercado e da doutrina neoliberal. O ideal de sujeito na contemporaneidade, segundo essa *nova razão do mundo* (DARDOT & LAVAL, 2016), está alicerçada no interior de um sistema que, ao realizar seu projeto de maximização produtiva, torna os mais diversos aspectos da vida - o conjugal, profissional, sexual, relacional e etc. - permeáveis a uma lógica mercadológica de ganhos, investimentos e perdas. Cada indivíduo, portanto, converte-se em unidade reprodutiva do capital, cuja existência fica integralmente mediada pela racionalidade especulativa. Tal “empreendedorismo de si” representa o mais recente mecanismo regulador da subjetividade, na direção de condicionar as percepções coletivas relativas à passagem do tempo, organização dos espaços e planejamento de futuro.

Por toda a extensão desse projeto de individualização, as formas sociais de controle da primeira modernidade, guiadas pela promessa de maior estabilidade, previsibilidade e segurança, são substituídas por modelos preferencialmente flexíveis e maleáveis. Do ponto de

vista das profissões, as atribuições sólidas de burocracia são atacadas, ao passo que é pedido dos trabalhadores “que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais.” (SENNETT, 1999, p. 9). Assim como não há perspectivas de longo prazo, as carreiras deixam de ser fixas, passando a oscilar entre pólos de emprego e desemprego, além do fato dos compromissos de trabalho e das redes institucionais de direitos serem constantemente simplificados e superficializados. Na generalidade, a trajetória de vida das pessoas se desvincula das certezas tradicionais, ficando a cargo dos indivíduos a obrigação de encontrar os recursos necessários para redigirem suas próprias biografias.

Essa queda dos referenciais sócio-simbólicos, consequência da destradicionalização de nossa experiência de sociedade, expõe vastas regiões do âmbito cotidiano, como a família, o amor, as identidades e as intimidades, ao ritmo acelerado de transformações que rege o funcionamento econômico. Como diz Ulrich Beck (2010, p. 199), “os horizontes temporais da percepção da vida são cada vez mais estreitos”, o que reduz em absoluto as esferas comuns de manutenção do coletivo. Trata-se da redução da história ao mais ínfimo e momentâneo presente, cuja imediatez desautoriza de realidade os contextos culturais que fornecem orientação e embasam de sentido o imaginário social. Dada a falência dessas grandes narrativas, os sujeitos veem-se desamparados em sua ontologia interna, isto é, isolados e entregues a si mesmos na tentativa de fundamentar algum sentimento particular de ser.

Os sistemas de mercado, em seu compromisso de emancipar o indivíduo do social, terceiriza para as pessoas as promessas de liberdade, felicidade e prosperidade que o próprio alvorecer da época moderna não conseguiu cumprir. Contudo, isso não se refere a qualquer forma de administração de si, e sim a um conjunto de técnicas de gerenciamento pessoal que perpassa a lógica empresarial de obtenção de sucesso e elevação dos lucros. Dessa maneira, o neoliberalismo transmuta questões estruturais das coletividades em problemas de ordem individual, desapropriando de importância a ênfase comunitária na solidariedade. Desde agora, as histórias de superação e a cultura de excelência meritocrática constituem as bases civilizacionais do nosso tempo.

Na linha do que Nikolas Rose (1988, p. 31) afirma, as *personalidades*, *sensibilidades* e *subjetividades*, longe de retratar assuntos de foro exclusivamente íntimo, são intensamente governadas e suscetíveis a ingerências das hierarquias de poder. Logo, a vida organizacional ganha uma matriz psicológica, expondo os nossos mundos mentais às formas de controle

naturais da esfera econômica. Na medida em que novos regimes de conhecimento passam a estruturar os circuitos discursivos de produção da verdade sobre os sujeitos, as ferramentas disponíveis para o manejo das emoções são igualmente remodeladas, de modo a adquirir um elevado grau de calculabilidade. Os sentimentos e aspirações humanas são, paulatinamente, inscritas na forma predizível da apuração monetária, tornando-se materiais de base para administração econômico-política (ROSE, 1988, p. 39). Enfim, observamos o aparecimento de novas linguagens e sistemas conceituais inventados para dar conta de circunscrever e supervisionar as subjetividades. Esse projeto de privatização e individualização crescente, porém, alarga-se para além do mundo do trabalho, alcançando os espaços e instituições educativos, como veremos em seguida.

As experiências de sofrimento dentro da escola

Em junho de 2021, em plena pandemia de COVID-19, o Ministério da Educação iniciou o cronograma de aplicação do chamado Novo Ensino Médio (previamente instituído pela lei federal 13 415 de 2017), que ficou responsável pela reestruturação da educação de nível médio no Brasil. Seu objetivo era modernizar o sistema escolar do país, tornando-o mais dinâmico e adaptado às mudanças econômicas da contemporaneidade. Assim, por meio da reformulação das grades horárias, flexibilização dos currículos e alteração na base comum de conteúdos escolares, foi-se especificado disciplinas obrigatórias e disciplina opcionais dentre as quais os discentes devem escolher, esperando fornecer a eles uma liberdade maior para traçarem suas carreiras no interior da escola.

Por outro lado, ao longo do processo da elaboração do texto base para o Novo Ensino Médio, observou-se uma forte presença de agências do setor corporativo e financeiro, que estabeleceram certo monopólio na forma e no conteúdo do documento, diminuindo as chances de participação dos professores da educação básica e do ensino superior (FIORELLI SILVA & ALVES NETO, 2020, p. 274). O resultado final, por consequência, além de transpor uma série de dinâmicas e técnicas administrativas particulares do campo empresarial para a escola, possibilitou que entidades privadas disputassem a confecção e o andamento das políticas públicas voltadas à educação. Nesse cenário, há uma sobrecarga do fazer escolar, dado o contexto de intensa exigência por bons desempenhos e a lógica competitiva que embasa a trajetória escolar dos estudantes.

Na escola onde estou realizando a pesquisa, por se tratar de uma ETEC, o ensino médio é integrado ao técnico (M-Tec), o que parece gerar um “peso” maior, levando ao acúmulo de exigências relacionadas à entrega de atividades de sala, projetos de pesquisa, trabalhos de área e seminários temáticos. Em conversas com alguns alunos e alunas, ambos relatam que, ao questionar a grande quantidade de tarefas, ouvem frases como: “lembram-se que vocês estão dentro de uma empresa”, “na fábrica você vai ter que fazer isso” ou “nós estamos preparando vocês para o mercado de trabalho”. Além disso, falam também da demanda por “levar a sério o que significa estar em uma ETEC”, em referência ao repertório de valores inculcado pela instituição. Desse modo, é nítido o clima de pressão por resultados e excessivas cobranças que é posto em cima dos discentes, simplesmente por estarem naquele ambiente.

Para os estudantes que procuram adentrar ao ensino superior, as obrigações podem ser ainda maiores, tendo em vista que a estrutura curricular no Novotec diminuiu gradualmente o oferecimento de disciplinas da base regular, sendo elas que compunham o antigo ciclo básico da educação, para aumentar o tamanho da base técnica no currículo. Logo, na maioria das vezes, os jovens interessados em prestar vestibular precisam, por conta própria, fazer estudos para além daquele oferecido pela instituição. Conheço o caso de estudantes que conciliam as aulas na Etec de manhã, trabalham ao longo da tarde e frequentam cursinhos populares durante a noite ou aos finais de semana. Da mesma forma, ouço reclamações sobre a “falta de didática dos professores” e ausência de “uma base de conhecimentos” para os conteúdos exigidos no ENEM ou em outros vestibulares. Em suma, cada vez mais o planejamento de ensino tem colocado o estudante como autor do seu próprio aprendizado, recaindo exclusivamente sobre ele a responsabilização pelo seu processo de formação.

Sem embargo essa lógica de méritos, que fragiliza a dignidade dos jovens, passamos a nos perguntar acerca de quais lugares eles e elas possuem para refletir sobre suas angústias e questões pessoais, bem como da relação que constroem com o mundo em que vivem (DAYRELL, 2001, p. 145). Desde logo, a dimensão familiar aparece em meu campo como um espaço potencialmente estressante, em decorrência de conflitos domésticos e da pouca abertura de parentes próximos para problemas de ordem emocional, especialmente no caso de adolescentes não heterossexuais. Ao dialogar com a coordenadora pedagógica da escola, ficou claro a impressão de um acréscimo de casos de adoecimento psíquico ligados ao ambiente familiar no retorno às aulas presenciais, trazendo à tona um conjunto de preocupações distintas de outros anos. Os responsáveis familiares, então, dificilmente dão a devida

importância às experiências de sofrimento juvenil, no sentido de considerar os adolescentes “jovens demais” para se sentirem realmente mal ou terem “problemas de verdade”, uma vez que simplesmente necessitam “ir para a escola” e “estudar”.

Essa postura de desqualificação do sofrimento, porém, também acontece por parte de alguns professores, que não reconhecem o efeito negativo que certas atitudes ou falas podem desencadear na saúde mental dos estudantes. Um episódio marcante registrado pelo meu grupo de pesquisa foi o de uma professora que, durante sua aula, abordou uma aluna reconhecidamente lésbica, que havia raspado o cabelo por causa do câncer de sua mãe, com pronomes masculinos. Mesmo com a explicação da jovem, ela continuou sendo tratada por “ele”, reforçando estereótipos associados a uma orientação sexual não heteronormativa. Essa cena igualmente demonstra a falta de preparo de alguns docentes em lidar com temas sensíveis como gênero, sexualidade e relações raciais, que mesmo atravessando constantemente o cotidiano escolar, nem sempre são discutidos de maneira formal pela instituição. Muitos professores e professoras evitam levar assuntos delicados ou potencialmente emotivos para as aulas, o que cria um receio dos alunos em trazer estes temas para a conversa, de modo a produzir certas áreas de silêncio sobre o sofrimento existente dentro da escola.

As relações de poder existentes entre os próprios estudantes, nessa mesma direção, por vezes contribui para a deterioração da saúde mental, acrescido do corte sexual e de gênero na estruturação dessas hierarquias. No meio dos meninos, as brincadeiras, gozações e zoeiras podem carregar uma alta carga de preconceito ou agressividade, acionando mecanismos de ridicularização e violência que ficam ocultados sob a forma lúdica de brincadeiras (PEREIRA, 2010, p. 145). No tocante às meninas, o *bullying* costuma acontecer de maneira mais camuflada, através do compartilhamento de rumores ou boatos que colocam em risco a imagem pública de determinadas alunas, expondo histórias ofensivas relacionadas a comportamentos sexuais extravagantes ou desregrados (GUIMARÃES, 2017, p. 143). Ademais, a popularização dos aparelhos celulares, sobretudo após a pandemia de COVID-19, tem franqueado outros ambientes de interação que frequentemente influem negativamente na autoestima dos jovens. Reproduzindo o comentário de um dos professores, com respeito a tiragem de fotos ou gravações de vídeos potencialmente constrangedoras no interior da escola: “Isso [o celular] é uma arma que vocês usam para se atacar entre si!”. Constatamos, assim, a escassez de espaços de escutação e coletivização de afetos na vida diária desses jovens.

Há uma demanda pela instalação de um serviço psicológico especializado por razoável parcela da comunidade escolar. Todavia, como reconhece um dos representantes da direção, qual seria a possibilidade de um psicólogo atender o público de mais de 700 estudantes somente no turno da manhã? Como ele mesmo brincou: “O psicólogo ficaria tão sobrecarregado que precisaria de um psicólogo só para ele.”. Apesar disso, a busca por um atendimento individualizado, por intermédio de profissionais da área psi, sinaliza a maneira pela qual as experiências de sofrimento têm sido tratadas em nossa época. A medicalização do fracasso escolar é um fenômeno apontado a muito tempo pela literatura especializada (PATTO, 1999, p. 63), ressaltando o trânsito dos conceitos de anormalidade dos hospitais para as escolas, tal como a maneira preconceituosa pela qual crianças e adolescentes advindos de classes mais baixas têm sido pensados pela lente dos sistemas educacionais, que equaliza o desempenho intelectual com a origem econômica das famílias. No entanto, o que observamos atualmente estaria mais próximo de uma medicalização da própria normalidade, na acepção de uma lógica de aprimoramento pessoal e de responsabilização dos sujeitos por suas trajetórias de fracasso ou sucesso no âmbito escolar. Conseqüentemente, o esvaziamento do caráter histórico e social do sofrimento estaria ligado aos discursos produtivista que colonizam o tempo e as dinâmicas educacionais. Tal crença na obtenção de sucesso a partir do mérito pessoal e na feitoria de boas escolhas, sempre enquadradas pela mediação tendenciosa do mercado, será o tema da sessão seguinte.

A lógica do sucesso individual

Na perspectiva que foi desenvolvida até o momento, a gestão empresarial da subjetividade atua por meio da incorporação psíquica dos mecanismos de controle, com a vantagem de garantir a ilusão de um certo nível de liberdade em virtude do reduzido leque de possibilidades que oferece. Essa maneira de racionalizar o desejo tem como fundamento normativo a internalização de um trabalho ininterrupto de vigilância e regulação, com o auxílio de critérios de autoavaliação derivados do mundo administrativo (SAFATLE, 2015, p. 200). Com efeito, tudo passa a ser percebido como uma questão de escolha, fazendo com que o sujeito se culpabilize integralmente pelos reveses que recebe. Essa compulsiva obrigação por decidir, acompanhada da exigência de lidar com os seus imponderáveis desdobramentos, tende a direcionar ao indivíduo a responsabilidade pelas transformações sociais almejadas pela ampliada escala das sociedades. Na educação, essa construção ativa do estudante com

base em seus resultados isenta a instituição de encarregar-se pelo seu desempenho, haja vista que é o aluno ou aluna que deve *fazer a escola*.

Ao tornar-se gestor de si, uma das maiores provas do sucesso alcançado seria, doravante, a felicidade. A imposição de ser “você mesmo”, só que “melhor”, converte os ideais de triunfo e prosperidade em objetos de especulação à espera de serem consumidos. Não mais constrangido pela presença da autoridade tradicional, o sujeito contemporâneo anseia por determinar o seus próprios limites e horizontes, fazendo-se simultaneamente “criador” e “proibidor” de seu modo de vida (SALECL, 2012, p. 42). Na prática, essa tirania da escolha provoca um crescimento avassalante nos índices de frustração, na proporção que equipara as potencialidades das pessoas em uma mesma arena que indistingue seus competidores, comparando-os sempre com a excelência de suas respectivas ocupações. As interlocutores da minha pesquisa evidenciam esse clima de pressão generalizada pelo aperfeiçoamento ao relataram o exemplo dos exames vestibulares, onde vêm-se competindo com um imenso conjunto de outros estudantes, advindos de diferentes escolas e condições sócio-econômicas, que precisam obter um coeficiente de notas suficiente se quiserem atingir a tão sonhada aprovação. Elas nem sequer conhecem contra quem estão concorrendo às vagas, mas ainda assim frustram-se por não conseguirem manter um ritmo de dedicação aos estudos como aquele que observam nas publicações de redes sociais, divulgado por produtores de conteúdos voltados para a preparação vestibular.

A fetichização da felicidade, alçada à posição de novo normal, estabelece o fardo solitário de que cada um lide autonomamente pelas suas incapacidades e inseguranças. O sentimento de fracasso, nessa circunstância, é instrumentalizado em motor da superação individual de seus próprios limites, transfigurando-se no fundo comum de nossas experiências. Mesmo induzidos aos riscos e incertezas associados à forma mercadológica de organização, somos responsabilizados quando fracassamos, gerando em ambiente de constante atribuição de culpa por não correspondermos às frágeis condições de esperanças que nos são oferecidas. Ficamos, assim, permanentemente enredados a um interminável jogo de azar, que visa menos recompensar os vitoriosos do que rebaixar e aprisionar os perdedores, que ao invés de serem excluídos, são incluídos por meio de relações cada vez mais marginais e precárias (RODRIGUES, 2011, p. 47). Em suma, não participamos desse jogo porque queremos ganhar, mas sim para fugir de um constante perigo de sermos os próximos rebaixados, nem que, para isso, seja preciso trabalharmos mais e com maior intensidade.

O imperativo da “pró-atividade” não apresenta a opção de *parar*, até mesmo em situações de extrema sobrecarga mental ou emocional. Logo, fica claro que o sofrimento é utilizado pela forma neoliberal de vida como um instrumento amplificador da produção. O sacrifício de si aparece como uma meta a ser conquistada, suprimindo a legitimidade das experiências de dor no interior do nosso regime de inteligibilidade cultural, que passam a ser tratadas do ponto de vista médico-psiquiátrico. Face a exaltação do bem-estar, o sofrimento surge como uma inadaptação e precisa ser eliminado, ou ainda: “Certas emoções cotidianas - angústia, ansiedade, insegurança - passam a ganhar adjetivos como inaceitáveis ou intoleráveis [...]” (VERAS & SANTOS, 2021, p. 722). O horizonte normativo, ao tratar como patologias comportamentos ou hábitos contrários às dinâmicas adaptativas exigidas pelos sistemas de trabalho, alonga sua esfera de atuação para o espectro até então visto enquanto normal. As mudanças originadas no plano organizativo das sociedades, portanto, são acompanhadas de transformações em nossas maneiras de sentir, gerir e perceber o sofrimento.

Um marco paradigmático dessa mudança, ao menos de acordo com o arcabouço de conhecimento biomédico, aconteceu nas décadas de 70 e 80, com a implantação do DSM-III em 1980³. Essa terceira edição do Manual foi responsável pela simplificação avultada da aplicação de diagnósticos nas áreas psicológicas e psiquiátricas, deixando de lado a compreensão “psicossocial” da doença mental e adotando uma visão “medicalizante” desses fenômenos. Ele representa também uma ruptura com as edições anteriores por propor uma única nomenclatura e lógica classificatória, o que abriu espaço para que as próximas versões ampliassem a quantidade de quadros diagnósticos: “passou-se de 180 categorias no DSM II (que já era maior em relação ao DSM I) para 295 no DSM III e 350 no DSM IV.” (RUSSO & VENÂNCIO, 2006, p. 467). Como resultado desse movimento, nas últimas décadas, observamos a área da saúde mental trazer para dentro de seus domínios outros campos do conhecimento.

O médico brasileiro Benilton Bezerra Jr. (2010, p. 121) estabelece três principais motivos para a psicologização progressiva de problemas anteriormente enquadrados pela ótica social. O primeiro motivo tem haver com a disseminação dos diagnósticos, que expandem o campo da psicopatologia em direção a estados subjetivos até então tidos como inerentes à existência comum. O segundo motivo fala do crescente rebaixamento do limiar de

³ O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que está em sua 5ª edição, trata-se de um manual diagnóstico e estatístico feito pela Associação Americana de Psiquiatria para uniformizar os critérios semiológicos da prática diagnóstica. O Manual é mundialmente reconhecido e seguido por psicólogos, médicos e terapeutas ocupacionais para definir como é feito o diagnóstico de transtornos mentais.

diferenciação entre patologia e normalidade, que favorece a abordagem clínica de muitos transtornos e espectros antes desconhecidos. O terceiro motivo, mais importante segundo ele, dá conta da paulatina porosidade da fronteira que separa o tratamento do aperfeiçoamento, contribuindo para o uso dos fármacos para o alívio do sofrimento de maneira geral. Assim, as descrições biomédicas abarcam um número cada vez maior de indivíduos, que têm o seu sofrimento categorizado em critérios diagnósticos imensamente objetiváveis, deixando de lado o universo subjetivo da experiência (GUEDES et al, 2006, p. 1094). Tal como a medicina moderna instaura-se cindindo a doença da figura do doente, e dando uma preponderância maior à primeira, as abordagens psicopatológicas parecem retirar o sujeito de sua implicação no próprio sofrimento, privando-o de produzir um saber sobre aquilo que sente e tornando-o estranho às suas dores.

Acerca da transformação do sofrimento em sintoma, Christian Dunker (2015) aponta para a “racionalidade diagnóstica” como o mecanismo incumbido de articular o mal-estar em modos mais objetivos de “sentir”. O regime de visibilidade autorizado de nomear os sintomas acaba por comprimir a zona da experiência em sinais palpáveis de apreensão, modificando os estatutos das questões relativas à saúde, bem como dos seus tratamentos, em problemas relativos à gestão individual. Assim, na medida que o sofrimento é transformado em função direta da gramática que o reconhece (DUNKER, 2015, p. 219), a sintomatização de qualquer expressão de mal-estar condiciona nossa percepção social sobre o universo mental. Essa colonização técnica da intimidade seria o que permite a estruturação do sofrimento na forma comunicável do discurso, com o preço da perda de parte significativa da complexidade subjetiva, dado que existe um déficit narrativo na construção dessa compreensão a respeito de si mesmo. A grande dificuldade, diz o autor, estaria na impossibilidade de pensar coletivamente o sofrimento já instrumentalizado em quadros diagnósticos, com a intenção de compartilhá-lo com os outros e problematizar os seus destinos (DUNKER, 2017, p. 142). Por isso, tais técnicas de introspecção, informadas pela lógica neoliberal, impedem que os sujeitos associem suas insatisfações como estando ligadas ao estilo de sociedade em que se inserem.

Na dimensão educacional o que se vê é a facilidade com que essa psicopatologização das vivências subjetivas está ocorrendo. A normalização do sofrimento psíquico entre a juventude destituiu desses sujeitos o direito de reivindicar outras formas de tratamento por parte das autoridades escolares, tendo em consideração o papel socializador que, muitas vezes, o adoecimento mental é levado a assumir. Nesse cenário, o uso de substância médicas surge como um meio imediato para neutralizar os efeitos negativos que os estados interiores

de tristeza e insegurança podem vir a causar, significando um caminho para a instituição relacionar-se com os estudantes laudados, ou seja, que possuem um laudo médico, sem que precisam colocar em debate as dinâmicas adoecedoras que, porventura, existem no interior de sua própria dinâmica de funcionamento. Da maneira semelhante aos cursos de graduação na área médica (VERAS & SANTOS, 2021, p. 721), o sofrimento diário precisa ser engavetado ou exaustivamente negociado, caso os alunos e alunas desejam obter algum tipo de reconhecimento para suas angústias pessoais, de jeito a implicar em um alto custo para a sua saúde mental.

No tempo presente, o que se constata é o esforço anestesiador, advindo da aplicação de medicamentos ou não, que a interdição da tristeza e das infelicidades provocam em nosso tecido interpessoal de emoções. Essa gramática social do sofrimento (SAFATLE, 2018, p. 9) está fundamentada em uma lógica que inscreve as pessoas e seus mal-estares em quadros clínicos cientificamente aceitos, a fim de alienar as insatisfações produzidas pela operação normal das normas civilizacionais. Assim, o sofrimento é traduzido no vocabulário ordenado de patologias, enquadrando os corpos e as subjetividades em eixos de poder que seguem o circuito pulsional da racionalidade econômica. Contudo, essa reprodução perversa dos afetos, ao retirar os sujeitos dos seus contextos culturais, não distribui o sofrimento de maneira igual, ao contrário, intensifica as desigualdades já existentes e faz o “peso” da autogerência ser sobretudo maior em grupos previamente marginalizados. Isso demonstra, em suma, que uma parcela considerável da população está exposta a uma gama superior de riscos e infortúnios exigidos pelo processo individualizador.

Esse estado de sufocamento ontológico é produto de uma inclusão frágil no mundo do trabalho, que transfere a vulnerabilidade estrutural à figura do próprio sujeito, pervertendo sua imagem e tornando-o insensível às origens do seu sofrimento. Os discursos empresariais de si, então, promovem o desamparo ao negligenciar as especificidades socioculturais de cada pessoa, apartando-a de seu lugar discursivo e silenciando sua história pretérita (ROSA, 2022, p. 6). Efetivamente, a dimensão política de saúde é apagada, isolando ainda mais as parcelas segregadas do *socius*, agora inteiramente responsabilizadas pelas condições de precariedade na qual foram alocadas. As sensações de inautenticidade e esvaziamento, acompanhados pela anestesia geral dos afetos potencialmente disruptivos, empobrecem a experiência de viver, reduzindo ao máximo as modalidades de pertencimento disponíveis para cada sujeito. Por conseguinte, uma atmosfera de torpor enfraquece nossas sensibilidades frente às

discriminações e violências suportadas por coletivos inteiros, na direção de atualizar forma de opressão historicamente construídas.

A grande questão que nos aparece pode ser exemplificada pela seguinte questão: *o que significa estar saudável no interior de uma sociedade que constantemente produz adoecimento?* Talvez, mais importante do que oferecer soluções, seja determo-nos aprofundamento na pergunta. A ausência de tempo, situação tão comum com o aumento paulatino da velocidade cotidiana, impede-nos de assimilar e absorver as intensidades provenientes da desaceleração dos instantes, sendo uma das principais causas do entorpecimento dos nossos sentimentos. Os desânimos, tristezas ou simples manifestações de dor, quando são excluídas do emaranhada da vida, ocasionam a perda da multiplicidade de sentidos coexistentes no mundo, não permitindo às pessoas os intervalos de tempo necessários na elaboração de novas referências e perspectivas (KEHL, 2009, p. 31). No momento em que circunscrevemos a saúde pela noção do bem-estar, resumimos, igualmente, nossas faculdades de sentir e perceber os outros e a nós mesmos.

Impressões finais

Concluimos, portanto, que as formas de nomear e descrever os sofrimentos são processos essencialmente políticos e precisam ser contextualizados segundo os modos de sentir preponderantes em cada período histórico. Os sentidos atribuídos aos adoecimentos psíquicos, no mesmo passo, precisam ser inscritos nas formas de reconhecimento disponíveis em nossa época. Dito isso, a tarefa que nos cabe é de resgatar a dimensão política da saúde mental, procurando compreender o enquadramento social que autoriza certos regimes de conhecimento a produzir um saber sobre sujeitos e suas experiências de sofrimento. Ao olhar mais de perto a lógica neoliberal de gestão das subjetividades, vemos que a competição é deslocada para o interior dos próprios indivíduos, agora instados a assumirem a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de suas escolhas. Nessa direção, a busca da felicidade e superação de si aparecem, em suma, como promessas cada vez mais impossíveis de serem alcançadas, o que gera um acúmulo de frustrações que não recebem permissão para adentrar ao espaço público, sendo, pois, intimamente soterradas ou geridas por meio da racionalidade biomédica e medicalizante da vida.

Ao pensarmos na realidade do ensino médio, destacamos desde o início a impossibilidade de separar as instituições escolares das pressões estruturais pela produção e maximização de desempenho que recaem sobre ela. Assim, os estudantes estão sendo submetidos, principalmente após as reformas curriculares de ensino, a um conjunto de técnicas e formas empresariais de administrar os desejos e as vontades, refletindo diretamente em seus modos de habitar a escola e produzir sentido dentro dela. Acatar-se às exigências por resultado e sucesso, sejam originadas pela preparação aos exames vestibulares ou pela entrada no mercado de trabalho, são motivos geradores de grande exaustão e sobrecarga mentais, além de precisarem lidar com as inseguranças próprias de um mundo profissional em constante transformação e com horizontes de futuro altamente curtos e instáveis. Ressaltamos, então, que a juventude ou adolescência não está imune às imposições dos sistemas de mercado e das cobranças pela maximização produtiva, tendo que lidar, desde cedo, com as obrigações de administrar suas vidas mediante uma mentalidade econômica e corporativa.

Bibliografia

- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BEZERRA JR., B. A psiquiatria e a gestão tecnológica do bem-estar. In: FREIRE FILHO, J. (Org.). *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 117-134, 2010.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Dayrell, J. A escola como espaço sócio-cultural. In: Dayrell, J. (org). *Múltiplos Olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2001. p. 136-161.
- DUNKER, C. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador. Volume II: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador. Volume I: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FIGLIOLI SILVA, I. L.; ALVES NETO, H. F. O processo de elaboração da base nacional comum curricular (bncc) no Brasil e a sociologia (2014 a 2018). *Revista Espaço do Currículo*, v. 13, n. 2, p. 262-283, 20 abr. 2020.

GARCIA, M. R. V., AMORIM, S. C. de, RODRIGUES, G. V., & MENDONÇA, L. H. F. Contrarreforma psiquiátrica brasileira e medicalização do sofrimento mental na pandemia de Covid-19. *Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade Contemporânea*, 20(49), 2022.

GUEDES, C. R.; NOGUEIRA, M. I.; CAMARGO JR.; K. R. de. A subjetividade como anomalia: contribuições epistemológicas para a crítica do modelo biomédico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(4): 1093-1103, 2006.

GUIMARÃES, J. S. *Bullying como forma de sociabilidade juvenil: um estudo sobre práticas interacionais entre meninas na construção de identidades de gênero*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

KEHL, M. R. *O tempo e o cão: A atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.

RODRIGUES, S. V. *Rituais de sofrimento*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

PAIVA V.; GARCIA M. R. V.; FRANÇA-JR, I.; da SILVA, C. G.; GALEÃO-SILVA L. G.; SIMÕES J. A.; AYRES J. R.; Research Group on Youth's Health and Human Rights. Youth and the COVID-19 crisis: Lessons learned from a human rights-based prevention programme for youths in São Paulo, Brazil. *Glob Public Health*, vol. 16, n. 8-9, p. 1454-1467, Aug-Sep 2021.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PEREIRA, A. B. *"A maior zoeira": experiências juvenis na periferia de São Paulo*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP. São Paulo, 2010.

ROSA, M. D. Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, p. 1-10, 2022.

ROSE, N. “Governando a alma: a formação do eu privado”. In: Silva, Tomas Tadeu da (org.). *Liberdades reguladas*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 30-45.

RUSSO, J. & VENÂNCIO, A. T. A. Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III. *Rev. Latinoam., Psicopat. Fund.*, ano IX, n. 3, 460-483, set/2006.

SAFATLE, V. *O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SALECL, R. *Sobre a Felicidade: Ansiedade e Consumo na era do Hipercapitalismo*. São Paulo: Alameda, 2012.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1999.

VERAS L, SANTOS A. “O estudante de medicina e seu percurso acadêmico: uma análise de postagens sobre sofrimentos”. *Saúde Em Debate*, Rio de Janeiro, v. 45(130), pp. 720- 732, jul-set 2021.

VIEIRA GARCIA, M. R.; DOS SANTOS BARROS, C. R.; FACCIOLA PAIVA, V. S.; CORROCHANO, M. C.; BARBOSA, D.; DE SOUZA MACHADO DOS REIS, N.; SILVA PLÁCIDO, D. Prevalência e determinantes sociais da ideação suicida entre estudantes brasileiros em escolas públicas do ensino médio. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*, Coimbra, Portugal, v. 8, n. 2, p. 1–11, 2022.